



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 11 de Outubro de 2019

MEC garante realização de Enem na data marcada

Após falência de gráfica, havia apreensão sobre realização de exame

Por Renan Truffi — De Brasília

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que todos os cadernos de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 já foram impressos e, portanto, a aplicação do exame não será afetada pela falência em abril deste ano da gráfica responsável pela tiragem da avaliação. O Enem está previsto para ocorrer entre os dias 3 e 10 de novembro, mas vinha gerando apreensão dos participantes em razão dos transtornos enfrentados pelo governo para conseguir uma nova empresa para a impressão do exame.

No último mês de maio, o MEC teve de fazer a contratação emergencial da empresa Valid, que assumiu essa tarefa. Para isso, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pela prova, obteve uma dispensa de licitação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O MEC estimou que o custo total do Enem de 2019 será de R\$ 537,6 milhões. Segundo o órgão, isso representa R\$ 105,52 por participante. No ano passado, durante o governo Michel Temer, o Ministério da Educação havia anunciado que a prova de 2018 tinha

custo estimado de R\$ 466,8 milhões, ou seja, R\$ 84,66 por inscrição. Questionado sobre o aumento dos gastos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que os dados informados pela gestão anterior não levava em conta todo o custo da avaliação.

Segundo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, a verba gasta com o exame há um ano foi, na verdade, de R\$ 589,8 milhões, o que representaria um custo de R\$ 106,1 por participante. Essa correção nos valores faz com que o governo possa propagandear que reduziu a quantidade de verba gasta com o Enem de um ano para o outro.

Ao todo, foram impressas 10,3 milhões de provas. A prova deste ano marca o fim do exame totalmente analógico, ou seja, aplicado em prova impressa. A partir de 2020, o MEC começará a introduzir gradualmente, em um projeto-piloto, a versão digital do exame. A ideia, segundo a pasta, é que até 2026 a avaliação seja 100% digital, sem impressão em papel. "Se algum aparelho do aluno tocar durante a aplicação, o aluno será eliminado. Aquele celular que toca o despertador mesmo desligado também não pode, ele será eliminado", garantiu Lopes.

Weintraub falou também sobre o programa Future-se, que visa ampliar

a captação de verbas privadas no orçamento universitário. Segundo ele, a iniciativa vai impedir que governos de esquerda, no futuro, possam interferir em instituições como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME).

Na prática, com o Future-se, o governo pretende criar um novo modelo de gestão para universidades e institutos federais. A iniciativa vem sendo criticada em meios acadêmicos, conselhos e também por gestores universitários.

"É importante falar uma coisa aqui de novo. Está tendo muita maldade. O Future-se é voluntário, a universidade que não quiser aderir não precisa aderir e não vai ser punida por isso. Ninguém está sendo punido", disse. "O Future-se permite apenas que as universidades consigam mais recursos, não fere em nada a gestão e a autonomia das universidades. A prova é que o ITA aderiu. Já tentaram pegar o ITA [em governos anteriores] e as Forças Armadas não deixaram. Isso é prova de que não há ingerência nenhuma. A gente vai ter, no futuro, governo de esquerda no Brasil de novo, sabemos disso. Não temos um plano de dominação do Brasil. O Future-se não vai permitir que um governo de esquerda interfira no ITA ou no IME", complementou.

Formas para reduzir a folha de pagamentos da União

O congelamento dos salários não sujeitos à progressão por 3 anos permitiria uma economia de R\$ 187,9 bilhões até 2030

Uma profunda reforma administrativa, que reduza a segunda maior rubrica de gastos da União, a folha de pagamentos do funcionalismo, deve ser um dos próximos passos do governo e um estudo do Banco Mundial sobre “Quanto o Brasil gasta com o funcionalismo público?” indica sua relevância e medidas para fazê-la.

Os dados são conhecidos e elucidativos. Em remuneração, a média salarial do funcionalismo federal é 96% superior à do setor privado, já considerados escolaridade, gêneros, cor e setor de atividade - é a maior diferença observada na comparação com 53 países. O número de servidores em relação à população, de 5,6%, é superior à média latino-americana (4,4%), mas inferior à OCDE (9,5%). Ainda assim o país gasta mais que eles como proporção do PIB. Em todos os níveis, são 10,1% do PIB com servidores ativos, mais 4,9% com inativos.

Se o salário inicial já é bem superior ao da iniciativa privada, sua evolução é mais rápida. A taxa de aumento real das despesas com pessoal entre 2008 e 2018 foi de 2,9% ao ano - 2,5% ao ano para os funcionários da União. Na União, a folha de pagamentos fica com uma fatia de 22% do total das despesas primárias. Dentre as categorias, as que mais avançaram ocupam a parte mais alta da pirâmide salarial. A fatia do Poder Judiciário, no total de gastos com a rubrica pulou de 7,3% para 13,8% do total. As carreiras jurídicas têm salário inicial de R\$ 23 mil. Em 10 anos de serviço, 78% desses servidores já chegam ao topo salarial permitido.

Só 2,8% dos servidores da União recebem a grosso modo o equivalente da média salarial privada, de pouco mais de R\$ 2,3 mil. Mas 44% deles ganham mais de R\$

10 mil e 33%, mais de R\$ 15 mil (dados de 2019). O estudo aponta que, com base na Pnad 2015, dois terços dos servidores públicos federais estão entre os 10% com maior renda no país, 83%, entre os 20% mais ricos, e quase todos (94%), entre os 40% mais ricos.

Um labirinto de regras permite que os salários cresçam sempre, por tempo de serviço e também por desempenho, embora a avaliação seja, na maior parte dos casos, inexistente e pró-forma. Na babel de 299 carreiras (União), em 187 há pagamento por desempenho. Progride-se na carreira de 3 em 3 anos, após um concurso de seleção e um estágio probatório pequeno. “A principal característica dessa estrutura de carreiras é a sua rigidez, que acaba por produzir um sistema muito regulado, fragmentado e pouco orientado a resultados”, aponta o Banco Mundial.

A generosidade com o dinheiro público é estendida aos inativos, uma gorda jabuticaba brasileira. 75% dos aposentados e pensionistas da União receberam em 2017 um total de R\$ 685,5 milhões em gratificações, a grande maioria decorrentes de avaliação por desempenho - dos ativos, claro.

O governo estuda várias sugestões que foram feitas pelo Banco Mundial para evitar tentar preservar o teto de gastos. Entre elas:

- Criar estrutura em que apenas uma proporção de servidores atinja os níveis salariais mais altos e com base na avaliação de desempenho.
- Aproximar os salários dos servidores públicos aos da iniciativa privada.
- Reduzir salários de entrada e relacionar ganhos salariais com desempenho.
- Reduzir a relação entre os que entram no serviço público e os aposentados à proporção de 1 para 2, quando hoje ela é de 1,29 para 1. O estudo vê uma





janela de oportunidade para racionalização e economias aí, porque até 2022, 26% dos funcionários se aposentarão, e 40% até 2030.

·Reduzir drasticamente o número de carreiras. Pelo diagnóstico sobre a União, há proliferação de carreiras muito específicas, que tiram a flexibilidade do Estado a ponto de que “muitas vezes se torna necessária a criação de concursos para suprir uma demanda por mão de obra que poderia ser satisfeita com a realocação de servidores entre ministérios”. Com isso, condições de trabalho e remuneração variam muito, e, assim, certas áreas do governo têm dificuldades para trazer bons profissionais por oferecerem condições menos vantajosas.

Aos que minimizam economias com salários e reestruturações, os cálculos do Banco Mundial mostram que não é bem assim. O congelamento dos salários não sujeitos à progressão por 3 anos permitiria uma economia de R\$ 187,9 bilhões até 2030. A correção pela inflação daí em diante elevaria essa economia a R\$ 232 bilhões no período. Reduzir o salário inicial a R\$ 8 mil e congelar os salários por 3 anos permitiria já em 2021 poupar R\$ 30,3 bilhões, um ano de Bolsa-Família. Não é irrelevante.

Sem ação do governo, Fundeb ganha novas propostas na Câmara

Deputados sugerem modificações sensíveis ao projeto inicial, incluindo diminuição da complementação da União

PAULA FERREIRA E RENATA MARIZ
sociedade@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Enquanto o governo se divide entre enviar um projeto paralelo ao Congresso para a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e negociar alterações no texto da relatora da PEC na Câmara, Dorinha Seabra (DEM-TO), propostas alternativas de deputados preveem alterações significativas na redação inicial.

As mudanças tratam desde diminuição da complementação da União sugerida pela parlamentar, de 40%, à permanência do fundo como provisório por até 20 anos, no lugar de se tornar permanente.

O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, está à frente das negociações do Planalto com a relatora, que, até o momento,

no entanto, ainda não avançaram. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), ministro da Casa Civil, também foi acionado para articular o tema no Congresso, valendo-se de sua condição de ex-parlamentar e do fato de ser correligionário da relatora.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que, após mais de 30 reuniões com Dorinha, ela “de repente” apresentou “proposta diferente do que estávamos conversando aqui dentro”. A deputada, no entanto, sempre defendeu aumento significativo, de 30%, da participação da União. Em uma prévia de seu relatório, ela elevou esse índice a 40%, mas escalonado ao longo de dez anos. A redação foi rechaçada por Weintraub. Dorinha prevê apresentar o texto final ainda este mês.

— (A proposta) ainda não é definitiva pelo que entendi, então precisamos saber o

que ela realmente vai apresentar na comissão especial e aí, com base nisso, vamos tomar uma posição. O que eu posso dizer é que tecnicamente a proposta não fica de pé por várias razões — afirmou Weintraub ontem.

Para o palácio do Planalto, a complementação de 40% coloca em risco as contas públicas.

TEXTO MAIS PÉ NO CHÃO

Sem definição de estratégia por parte do governo, alternativas têm sido elaboradas na Câmara. Um dos projetos, de autoria do deputado Gastão Vieira (Pros-MA), prevê redução da complementação de 40% da União. Segundo o parlamentar, o índice de 15%, proposto pelo governo, pode ser adotado. Ele vem dialogando com Dorinha para que ela incorpore as mudanças no relatório final.

Ele também propõe a in-





Financiamento. Alterações no Fundeb podem afetar os recursos para a educação básica em todo o país

clusão de mais impostos para o cálculo da cesta do Fundeb, incluindo ISS e IPTU. Segundo o deputado, haveria um acréscimo de cerca de R\$ 35 bilhões para o fundo. Hoje, ele é de R\$ 140 bilhões. Outra mudança proposta por ele é que o Fundeb mantenha seu caráter provisório por duas décadas, o que é considerado polêmico no setor.

A deputada Dorinha, relatora do projeto, defende o índice de 40%, mas admite que pode revê-lo. Ela pretende voltar a negociar logo com o governo, mas agora

com capital político expandido, especialmente após manifestação formal de governadores e prefeitos a favor do aumento da complementação da União.

— Os números mostram muito claramente: o valor gasto per capita (por aluno) é muito baixo, então não é verdade que agente já investe muito e só é preciso melhorar a qualidade do gasto.

A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) propõe que seja distribuído em caráter adicional um valor de 10% sobre os recursos de complementação da União para estados

que cumpram duas condições: apliquem a verba extra do Fundeb na implementação de Assistência Técnica Educacional para rede estadual e de seus municípios; e que regulamentem mecanismo de repasse de parte do ICMS atrelado ao desempenho, ou seja, de acordo com a evolução de resultados.

Sobre a complementação de 40%, Tabata diz que, com o atual desenho, a proposta não deve chegar ao plenário da Câmara.

— Vamos trabalhar para ter um texto mais pé no chão — disse.

Enem: Weintraub promete 'prova sem polêmicas'

Cartilha com regras para Redação foi divulgada pelo MEC com critério que desconta pontos por violação de Direitos Humanos

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que metade das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já está a caminho dos locais de aplicação. O ministro Abraham Weintraub afirmou que a única orientação foi para não criar polêmicas.

— A gente pediu para que o foco fosse em questões não ideológicas, que mensurassem conhecimento dos jovens na capacidade de ler, escrever, compreender texto. E não ficar discutindo coisas para polemizar o ensino dos jovens no Brasil. A gente quer que o ensino avance, não (queremos) ficar criando polêmicas — disse Weintraub.

No mesmo dia, o Inep, autarquia

do MEC responsável pela realização do Enem, publicou, a menos de um mês da prova, a cartilha com as regras da Redação. O documento norteia os critérios de avaliação e dá aos candidatos dicas para produzir um bom texto.

A cartilha traz exemplos de redações do Enem 2018 que alcançaram a nota máxima e textos que perderam pontos por ferirem os Direitos Humanos.

Até 2017, o candidato que desrespeitasse os Direitos Humanos tirava zero na prova e tinha seu exame automaticamente anulado. Naquele ano, por conta de uma ação na Justiça proposta pelo movimento Escola Sem Partido, a regra mudou. Desde então, quando a banca de professores decide que houve desrespeito aos Direitos Humanos, o candidato perde pontos, mas não tem mais sua prova anulada. (Paula Ferreira)

Os melhores professores

CLAUDIA COSTIN

Estive na semana passada na Romênia, num encontro do grupo Atlantis, que reúne ex-ministros de educação para pensar em agendas conjuntas e aconselhar novos titulares das pastas. Além de funções protocolares, como visitar o presidente da República e aproveitar para instá-lo a ser um defensor da causa da educação de qualidade, e de interessantes discussões sobre o futuro da aprendizagem, aprovamos uma declaração sobre o Dia Internacional dos Professores.

No texto, lembramos que o mundo tem apenas dez anos para cumprir o compromisso de assegurar educação equitativa e de qualidade para todos, conforme pactuado por 194 países nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e que isso demanda ouvir os professores para resolver a grave crise de aprendizagem que vivemos na educação básica. Afinal, mais de 617 milhões de crianças e jovens, no mundo todo, não

alcançam, de acordo com a Unesco, níveis mínimos de desempenho em leitura e matemática.

Segundo os ex-ministros reunidos em Bucareste, a solução passa por boas políticas públicas e, sobretudo, por tratar os professores como profissionais. Infelizmente, como mostra pesquisa da Fundação Varkey em 35 países, os professores não contam com um status social elevado, nem com remunerações à altura da sua escolaridade e do trabalho que realizam, o que resulta em baixa atratividade da carreira.

Isso também é verdadeiro no Brasil. Para resolver nossa grave crise de aprendizagem, algumas medidas já vêm sendo tomadas, como a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular, sua tradução em currículos subnacionais e, mais recentemente, a proposta do Conselho Nacional de Educação de novas diretrizes para a profissão docente.

Nesta terça-feira (8), ocorreu uma consulta pública sobre essas diretrizes e, ao longo dos últimos dias, artigos de jornal apareceram discutindo aspectos do documento que deve nortear a elaboração de currículos para as instituições de ensino superior que formam professores. Um deles traz uma afirmação que me chamou atenção: bastaria tornar o acesso aos cursos mais seletivo que o problema de aprendizagem estaria resolvido. Ora, isso seria o equivalente a se dizer que, já que os exames de acesso a cursos de medicina são desafiadores, não seria necessário pensar no que é ensinado aos futuros médicos.

Na verdade, precisamos dos dois: tanto de maior atratividade da carreira, inclusive por meio de efetiva seletividade no acesso aos cursos de pedagogia e licenciaturas, quanto de currículos que, de fato, preparem para a prática, se quisermos contar com os melhores professores. Com a palavra, os docentes!

A âncora da educação

SIMON SCHWARTZMAN

No México, o novo governo de López Obrador cancelou a reforma da educação do governo anterior, acusado de ter instituído um sistema punitivo de avaliação de mérito dos professores, e decidiu universalizar a educação superior, prometendo a criação de mais cem universidades. Ao mesmo tempo, corta os recursos e cria dificuldades para o funcionamento dos centros de pesquisa mais avançados. A educação pública mexicana é tão ruim quanto a brasileira e o poder dos sindicatos era tal que os professores das escolas públicas eram donos de seus cargos, podendo passá-los para os filhos. A Universidad Nacional Autónoma de México, com mais de 300 mil estudantes, sempre teve uma política de acesso livre e gratuito, gerando graves ineficiências, que os governos anteriores tentaram mitigar.

É um exemplo extremo de políticas populistas que dão prioridade absoluta às demandas da população por credenciais ou títulos universitários e aos interesses corporativos dos professores, deixando de lado as preocupações com qualidade e relevância. A consequência é a inflação dos diplomas, tornando necessários títulos cada vez mais altos para fazer as mesmas coisas, a um custo crescente para a sociedade.

O Brasil nunca chegou a esse extremo, mas o que aconteceu com a educação teve muito dessa filosofia. E não é muito diferente do ocorrido em áreas como saúde e previdência: um grande esforço para recuperar séculos de atraso e compensar as desigualdades expandindo de qualquer maneira a educação, resultando num sistema inchado, custoso, de má qualidade e extremamente difícil de reformar. Hoje, 50 milhões de brasileiros estão matriculados em algum tipo de escola, 60% da população até 30 anos, atendidos por um exército de mais de 6 milhões de pessoas, entre professores, dirigentes escolares, funcionários e outros profissionais. A estimativa mais recente é que o Brasil gasta perto de 8% do PIB em educação, incluindo os gastos privados, proporcionalmente mais do que todos os demais países da América Latina e muitos países desenvolvidos.

Uma justificativa para esse grande esforço é que a educação seria a principal alavanca para sair da armadilha da renda média, em que estamos atolados. De fato, as pessoas mais educadas ganham mais, supostamente porque têm competências que o mercado de trabalho valoriza, e países em que a população é mais educada são mais desenvolvidos. No entanto, no Brasil a produtividade manteve-se estagnada ao longo das últimas

décadas. Uma das razões é que a educação cresceu dando prioridade às demandas por credenciais – diplomas – e às reivindicações corporativas do setor, em detrimento da ênfase no mérito e nas competências. Como vários estudos recentes têm demonstrado, não basta aumentar a escolaridade para que a produtividade aumente. É preciso que a educação seja de qualidade, o que não tem ocorrido de forma satisfatória.

A outra justificativa é que a educação aumenta a mobilidade e reduz a desigualdade social. Mas nem sempre mais educação leva a esses resultados. Em quase todo o mundo, ao longo do século 20, houve um grande crescimento das cidades, da economia e do setor público. A expansão da educação, que acompanhou esses processos, fez com que as elites tradicionais se modernizassem e pessoas mais pobres, imigrantes e de minorias, se beneficiassem das novas oportunidades que foram sendo criadas. A insistência no mérito como critério para acesso às novas oportunidades de estudo e avanço nas carreiras foi fundamental para garantir que as melhores posições não fossem monopolizadas pelas elites tradicionais.

Mas não foi uma vitória absoluta. Existe uma forte relação, difícil de ser superada, entre





desempenho escolar e origem social; e, além disto, a educação é um bem “posicional”, ou seja, os benefícios de cada um dependem em grande parte da posição relativa que ele tenha em relação aos demais. Como no futebol, só há lugar para poucos na primeira divisão.

Quando o processo de urbanização se esgota, os custos do sistema de bem-estar social chegam a seu limite e a economia para de crescer, como no Brasil de hoje, a expansão da educação deixa de ser um jogo em que todos ganham, ainda que desigualmente, e se aproxima de um jogo de soma zero, em que os que ganham o fazem à custa dos ficam para trás.

Isso leva a conflitos intensos pelas credenciais acadêmicas, numa combinação perversa de reservas de mercado profissional para os mais educados e políticas populistas de estímulo ao acesso livre ou facilitado ao ensino

superior. Por um lado, o acesso ao ensino superior passa a ser visto como direito de todos, os requisitos mais tradicionais de desempenho no acesso e nos estudos passam a ser substituídos por critérios sociais, e a conquista dos diplomas passa a ter precedência sobre o desenvolvimento de competências. Por outro, cada vez mais é preciso uma pós-graduação ou passar num concurso público extenuante para conseguir um bom emprego, e milhares de formados em Direito nunca passarão o exame da OAB. Milhões se inscrevem no Enem tentando chegar ao ensino superior e não conseguem, muitos dos que entram abandonam antes de terminar e grande parte dos formados acaba trabalhando em atividades de nível médio.

A solução não é voltar o relógio do tempo, restringindo o acesso ao ensino superior e controlando mais rigidamente o exercício das

profissões universitárias, mas, ao contrário, é criar mais alternativas de formação de nível médio e superior para atender a pessoas de diferentes perfis, reduzindo a pressão sobre os títulos acadêmicos, e quebrar os monopólios profissionais que excluem arbitrariamente pessoas com níveis de formação diferenciados do mercado de trabalho.

A âncora da educação devem ser as competências, e não os diplomas que possam aparecer nos currículos.

O foco devem ser as competências, e não os diplomas que possam aparecer nos currículos

?

SOCIÓLOGO, É MEMBRO
DA ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS

Enem com provas mais baratas

» Catarina Loiola*

Os 10,3 milhões de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já estão impressas e a caminho dos mais de 10 mil locais de realização. O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, ontem, que toda a operação terá um custo estimado de R\$ 537,6 milhões. Cada um dos 5,1 milhões de alunos inscritos têm custo aproximado de R\$ 105,52, R\$ 0,61 a menos que no ano anterior.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, salientou que 34% dos custos do exame de 2019 “vêm via pagamento da inscrição, o restante vem do pagador de impostos”. Como disse, 2,1 milhões de inscritos pagaram as inscrições, contabilizando arrecadação de R\$ 179 milhões. O restante dos participantes, cerca de 3 milhões, ficou isento de taxa.

A primeira remessa de provas, com 408 mil exemplares, foi enviada para os locais de mais difícil acesso, na Bahia e Pará, com o processo chamado de “interiorização”. Os estados de Rondônia, Piauí, Pernambuco e Mato Grosso também receberam os exames. Os materiais estavam sob a guarda do 4º Batalhão de Infantaria Leve do Exército Brasileiro, em Osasco (SP).

Para o Enem acontecer no mesmo dia e horário em todas as regiões, são necessários quase 400 mil profissionais envolvidos em todo processo. Apenas a operação de transporte dos malotes reúne 31 mil colaboradores, a maioria de segurança pública. São 4,2 toneladas de papéis em mais de 3 mil contêineres levados em aviões, carretas e barcos. “É uma operação de guerra”, disse o presidente do Inep, Alexandre Lopes. “Agradecemos aos Correios pela entrega das provas e pela logística reversa, de trazê-las de volta para a correção.”

De acordo com o MEC, nenhuma autoridade do governo leu as questões. “Eu não li e o ministro também não. A prova foi como nos anos anteriores, mas a orientação foi focar no conteúdo. Estamos permanentemente alimentando o banco de itens e, dali, foram escolhidos os mais neutros”, garantiu o presidente do Inep.

A aplicação do Enem digital é a aposta do governo para a redução significativa dos custos da prova. Representa que este ano será o último de aplicação exclusivamente impressa. A partir de 2020, a modalidade on-line começará a ser testada, mas não será obrigatória. “No ano que vem, será uma data digital e uma em papel. Em 2021, serão duas datas digitais e uma em papel. Até 2026, será 100% digital”, explicou Lopes.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Não se pode ensinar tudo a todos

ARNALDO NISKIER

Membro da Academia Brasileira de Letras

Foi muito aplaudida a conferência de Maurício Dinepi no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Falando sobre a imprensa ontem, hoje e amanhã, abordou a história dos muitos veículos que nasceram e alguns que morreram por força de uma competição devastadora, como aconteceu com o Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, abatido pela disputa com O Globo. Dinepi abordou também o que aconteceu com as emissoras de rádio. Diziam que seriam extintas quando surgiu a televisão, mas não foi o que aconteceu. Elas mudaram de estilo, para sobreviver. Não sucumbiram à antropofagia eletrônica. E houve uma incrível dança nos primeiros lugares do ranking, de onde a Rádio Globo foi desalojada. Hoje, o primeiro lugar nacional pertence à Rádio Melódia, Rio de Janeiro, ficando logo em segundo a Rádio Tupi, do Condomínio Associado.

Bons autores abordaram a nossa saga jornalística, como foi o caso de Hélio Viana, Nelson Werneck Sodré e Cícero Sandroni. Este escreveu sobre a longa vida do Jornal do Comércio, onde trabalharam figuras da nossa história, como Ruy Barbosa, Austregésilo de Athayde, Elmano Cardim e San Thiago Dantas. Tive o privilégio de manter um artigo semanal no JC por mais de 30 anos. Maurício Dinepi terminou a sua aplaudida conferência levantando a questão do

futuro das mídias. Não acredita na extinção de nenhuma delas, mas na sua adaptação tecnológica aos novos tempos.

O outro assunto refere-se ao pensador Simon Schwartzman, que, ao falar na Academia Brasileira de Letras, abordou as questões ligadas ao ensino médio brasileiro. Segundo ele, “a qualidade da nossa educação é bastante precária”. O primeiro dilema é como manter um padrão de excelência, numa rede visivelmente desigual. O sistema de cotas não é o maior dos nossos problemas. Outro dilema que temos de enfrentar é a questão do currículo único. Não se deve (nem se pode) ensinar tudo a todos. Temos um sistema antiquado, ainda baseado na obsoleta Reforma Capanema. Mais adiante, Simon Schwartzman fez mais críticas. Segundo ele, ensina-se matemática de forma equivocada: “É preciso ensinar a resolver problemas”.

Hoje, temos criado complicações em demasia para os chamados cursos técnicos. Os países europeus resolveram isso muito bem com os seus cursos pós-secundários. No início da década de 1970, um grupo de educadores, de que fazíamos parte ao lado de Carlos Alberto Serpa, demonstrava uma grande preocupação com o destino dos jovens que frequentavam o nosso ensino médio. Só a formação, nesse nível, na realidade brasileira, não era suficiente para criar oportunidades de emprego. Foi então que surgiu a formação de técnicos especializados, o equivalente ao que no exterior era chamado de

cursos pós-secundários. Vimos essa experiência vitoriosa no Estado de Israel, quando visitamos a Escola Aron Singalovsky, pertencente ao conjunto do Instituto ORT. Eram 5 mil alunos, dos quais 2/3 aproveitavam essa chance em nível pós-médio, com atividades relevantes para a economia israelense, e com bons empregos.

Graças a um parecer do então conselheiro Carlos Alberto Serpa, no Conselho Estadual de Educação, a iniciativa foi adotada em nosso sistema. A consequência prática disso tudo foi a formação da primeira turma de técnicos especializados em estruturas navais, no curso oferecido a 25 alunos da terceira série do ensino médio no Colégio Estadual Henrique Lage. Depois, os alunos foram deslocados para os estaleiros Verolme, em Angra dos Reis, para um estágio prático de 10 meses. Ao final, 24 deles foram contratados pela firma holandesa, com bons salários, mudando a vida desses jovens, com a perspectiva concreta de emprego. A experiência se repetiu, na mesma escola, em administração de empresas.

Infelizmente, como é de nossa tradição, a notável experiência sofreu solução de continuidade. A Secretaria Estadual de Educação interrompeu a iniciativa, apesar do seu futuro promissor. São fatos assim que devemos registrar, para lamentar a ocorrência, que poderia ter mudado inteiramente o panorama do nosso ensino médio.



Inep estima que Enem custará R\$ 105,52 por participante

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Exame Nacional do Ensino Médio 2019 (Enem 2019) deverá custar aproximadamente R\$ 537,7 milhões, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o que equivale a R\$ 105,52 por participante. A expectativa é que os gastos fiquem ligeiramente abaixo do exame do ano passado, que, segundo o Inep, custou R\$ 106,13 por estudante, totalizando R\$ 589,8 milhões. O valor corresponde aos gastos desde a elaboração do exame até a impressão, distribuição e correção das provas.

Dos R\$ 537,7 milhões, segundo a autarquia, R\$ 179,7 milhões, o equivalente a cerca de um terço, vem do pagamento das inscrições. O

restante é pago pelo governo. As inscrições custaram R\$ 85 a cada participante. Cerca de 2,1 milhões de estudantes pagaram a taxa. Os demais tiveram isenção por atenderem aos critérios estabelecidos pelo Inep.

Segundo o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, o valor ainda pode mudar. “Em função da abstenção, pode até baixar. Mas pode acontecer [de aumentar], se tivermos que fazer um número de reaplicações maior que o normal, teremos que imprimir mais provas”, explicou. Estudantes que forem impedidos de fazer a prova por conta de problemas como falta de luz, alagamentos, entre outros, têm direito à reaplicação do exame.

Ao todo, cerca de 5,1 milhões de estudantes estão inscritos no Enem deste ano, que será aplicado nos dias 3 e

10 de novembro. As notas do Enem podem ser usadas para participar do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, para concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamentos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Enem digital

O governo aposta no Enem digital, que começará a ser testado em 2020, para redução dos custos de aplicação da prova. Este ano será o último de aplicação do Enem exclusivamente impresso.

De acordo com Lopes, o Enem digital poderá reduzir o número de estudantes que se inscrevem e faltam à prova. Segundo ele, muitas das abstenções são de estudantes que fazem a prova em locais distantes de onde moram.